

ASSUNTO: Lê editorial publicado no jornal
"O Estado de São Paulo".

O SR. SALGOT CASTILLON — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, em nome da Revolução, está-se cometendo verdadeira iniquidade em São Paulo. A aplicação do Ato Institucional está sendo feita pelo Estado ao sabor das paixões do oficialismo, em frontal discordância dos objetivos revolucionários. Pune-se quem não deve ser punido, porque tem contra si o ódio do Governo. Não se pune quem deveria ser punido, porque goza dos favores, da amizade do Sr. Governador. Urge que os processos oriundos do Executivo de São Paulo sejam revistos pelo Governo Federal. É o apelo que renovo ao Sr. Presidente da República, Marechal Castelo Branco, pois a Revolução não pode servir de capa para tão sórdida injustiça.

Sobre o assunto, "O Estado de S. Paulo" publica magnífico editorial, que passo a ler, para que fique consignado nos anais de nossa Casa, representando perfeitamente o pensamento da bancada da UDN, que se rebela contra as injustiças, contra as arbitrariedades, contra as violências que, repito, em nome da Revolução, o Sr. Governador do Estado está cometendo.

O editorial tem por título: "Baixa Politicagem", e está assim redigido:

Momentos houve em que ficamos apreensivos com o que nos parecia um arrefecimento da "linha dura" da Revolução nos inqueritos destinados a apurar os crimes políticos e morais cometidos contra o regime nas administrações passadas, mas, embora continuemos a lamentar em muitos casos a perda de tão excelente oportunidade para a punição de tantos e irrecuperáveis culpados pela subversão e pela corrupção em que desambarra o País, começam a ser de outra ordem os nossos cuidados. Não é a administração federal, felizmente, não é o governo revolucionário o responsável por esta nova ordem de apreensões, e dizemos que felizmente não é, porque, se fosse, teríamos de dar razão aos que por aí vivem a clamar contra os desgastes da Revolução. Na consideração da nova ordem a estabelecer e em parte já estabelecida no País pelo Movimento de março, temos tido a preocupação de manter sempre fria a cabeça, para não incidirmos no erro dos que, pelo apressado das críticas e censuras, vêm cometendo graves injustiças contra o governo federal e os líderes revolucionários. Bem sabemos que muitas dessas críticas nascem da ansia com que autênticos patriotas aguardam a normalização da vida nacional e a definitiva recuperação das instituições democráticas, mas desconhecer o muito que já se fez neste sentido representa uma injustiça, como injustiça representa também a suposição de que se poderia fazer mais em tão pouco tempo. Bem fariam os que censuram a administração da República por suas falhas, se antes da formulação das suas críticas medissem os benefícios que já colhemos da Revolução, quando mais não fosse, pela substituição, no Poder, de políticos responsáveis pela crise de autoridade em que afundávamos, por autoridades dignas da confiança que nelas deposita a Nação.

Assim definido o nosso pensamento sobre a questão, já podemos, sem provocar mal-entendidos, lamentar que transformações idênticas não se tivesse processado na cena política e administrativa de São Paulo. Não se pode, realmente, dizer que São Paulo ofereça aos olhos do observador um reflexo autêntico do espírito da Revolução. E não oferece porque, permanecendo à frente do Poder estadual quem em sombrio passado se viciou em práticas desprestigiadas da administração e da política, persevera, surdo a todas as advertências, fiel a diretrizes que fazem da política simples politicagem, reincidindo em crimes cuja reprodução o Movimento democrático procura justamente evitar.

Fazendo justiça, nos primeiros períodos destas nossas observações, aos membros do governo federal, levamos em conta precisamente a preocupação que eles todos têm revelado, com o sr. marechal Castelo Branco à frente, em cultuar antes de mais nada a Justiça, que é a base indispensável, que é o alvo inalienável de todas as situações destinadas a prevalecer. Ora, as apreensões a que de início nos referimos resultam das injustiças que recomeçam a tisonar a administração pública paulista e que, se não tiverem cobro, prejudicarão fatalmente as simpatias da opinião pública pela Revolução.

Qualquer injustiça é censurável, mas ela se torna insuportável quando perpetrada em nome da Revolução. E é o que se vem fazendo neste Estado, cujo governador não trepidou, habituado a velhos costumes, em converter o próprio Ato Institucional, que é a máxima expressão do Movimento de março, em sórdido elemento de perseguições políticas, isto é, em terrível arma da politicagem. Os seus excessos neste domínio já repercutiram na Assembleia Legislativa, onde um deputado acaba de lavrar o seu protesto, contra a sobrevivência desse arraigado vício do sr. A. de Barros, de valer-se do Poder para ferir os adversários. Note-se que o aludido Parlamentar não regateou aplausos à energia com que os representantes do Poder central, ou do governo revolucionário, têm agido na apuração de irregularidades praticadas na Recebedoria Federal do Imposto de Renda e em outros departamentos da União. Essa própria energia é um reflexo

da justiça com que estão a trabalhar. Mas não pode calar a sua indignação em face do que ocorre no âmbito estadual, onde é o avesso o que se verifica, cultuando-se a injustiça à sombra da Revolução mas em proveito da politicagem da situacionismo.

Os capitães Joaquim deste Estado só são alcançados pela Justiça quando apunhados pelas malhas dos IPM e por inqueritos outros determinados pela União. Quando é o Estado que se incumbe da ação saneadora, folgam os capitães Joaquim, entrando na rua da amargura os que não caem nas graças da politicagem. Não falamos por ouvir falar, embora já se fale tanto a respeito que não há mais quem possa betumar os ouvidos a tais protestos. É claro que não conhecemos todos os casos, nem podemos entrar em pormenores sobre os mesmos. Mas há episódios do nosso conhecimento que retratam em cores vivas isto que dizemos, pois foram punidos, inclusive com demissões sumárias, funcionários corretos cujo crime consiste unicamente em não irem à missa com o governador, embora se tenham enfileirado entre os adversários da situação deposta.

Nem é admissível que isto continue, nem é possível que prevaleçam as injustiças já cometidas. É um apelo veemente que endereçamos ao governo da República, para que volte suas vistas para o que neste terreno se passa em São Paulo. É preciso, é inadiável que se proceda a uma revisão das punições aplicadas pelo governo do Estado, que, se de um lado não tem autoridade para julgar casos de corrupção, não a tem também, de outro, para interpretar a política revolucionária, pois seu entendimento jamais foi além dos limites da baixa politicagem.